

Os Artigos de *Lambeth* (1595)

William Whitaker

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

1. Deus, na eternidade, predestinou alguns homens para a vida, e reprovou alguns para a morte.
2. A causa movedora ou eficiente da predestinação para a vida não é a previsão da fé, da perseverança, das boas obras, ou de algo inato na pessoa predestinada, mas somente o bom propósito da vontade de Deus.
3. Existe um número certo e determinado de predestinados, que não pode ser aumentado nem diminuído.
4. Aqueles não predestinados para a salvação são inevitavelmente condenados por causa dos seus pecados.
5. Uma fé verdadeira, viva e justificadora, e a santificação do Espírito de Deus, não são perdidas nem extinguidas total ou finalmente no eleito.
6. O homem verdadeiramente fiel – isto é, alguém que recebeu a fé justificadora – está certo, pela plena certeza da fé (“*plerophoria fidei*”), da remissão dos pecados e da sua salvação eterna por meio de Cristo.
7. A graça salvadora não é doada, não é tornada comum, e nem cedida a todos os homens, pela qual eles possam ser salvos, se assim desejarem.
8. Ninguém pode vir a Cristo a menos que seja concedido por ele, e a menos que o Pai o traga: e nem todos os homens são trazidos pelo Pai para vir ao Filho.
9. O homem não tem a vontade ou o poder para ser salvo.

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em março/2007.

Os *Artigos de Lambeth* foram formulados pelo dr. William Whitaker, Professor Régio de Teologia em Cambridge, com incentivo do dr. Richard Fletcher (Bispo de Londres), dr. Richard Vaughan (Bispo de Bangor) e Humphrey Tyndall (Deão de Ely).

Os Artigos foram formalmente aprovados pelo Arcebispo de Canterbury (dr. John Whitgift), o Arcebispo de York (dr. Matthew Hutton), o Bispo de Londres (dr. Richard Fletcher), o Bispo de Bangor (dr. Richard Vaughan) e outros prelados reunidos no Palácio de Lambeth, Londres (20 de Novembro de 1595). O dr. Whitgift, o Arcebispo de Canterbury, enviou os *Artigos de Lambeth* à Universidade de Cambridge uns poucos dias depois (24 de Novembro de 1595), não como novas leis e decretos, mas como uma explicação de certos pontos já estabelecidos pelas leis do país.

Na Conferência de Hampton Court do Rei Tiago I e vários prelados com os líderes dos Puritanos (janeiro, 1604), o dr. Reynolds fez o pedido para que “as novas afirmações ortodoxas concluídas em Lambeth pudessem ser inseridas no Livro dos Artigos”. Mas os *Artigos de Lambeth* nunca foram formalmente adicionados aos *Trinta e Nove Artigos* (1563) da Igreja da Inglaterra. Contudo, foram aceitos pela Convocação Dublin de 1615 e enxertados nos *Artigos Irlandeses* (1615), elaborados por James Ussher, que se tornou Arcebispo de Armagh e Primaz de toda a Irlanda (1625-1656). Na Igreja da Irlanda, os *Artigos de Lambeth* obtiveram por algum tempo uma autoridade semi-simbólica. Diz-se que eles foram exibidos no Sinodo de Dordt (1618-1619), pelos representantes ingleses, como o julgamento da Igreja da Inglaterra sobre a controvérsia arminiana.

Tristemente, hoje, a maioria das igrejas Anglicanas ao redor do mundo caiu na teoria arminiana do livre-arbítrio e em outras piores, e os fiéis *Artigos de Lambeth* são desconhecidos ou rejeitados.

Fonte (original): Traduzido com permissão da <http://www.cprf.co.uk>.